

A EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA MICRORREGIÃO DE LIVRAMENTO DO BRUMADO

Vilomar Sandes Sampaio
Professor Doutor do Curso de Licenciatura Plena em Geografia
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
viladea@yahoo.com.br

Andrecksa Viana Oliveira Sampaio
Professora Doutora do Curso de Licenciatura Plena em Geografia
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB
viladea@yahoo.com.br

Lara Oliveira Sampaio
Graduanda do Curso de Direito
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB
larasampaio@ymail.com

RESUMO

A microrregião de Livramento de Brumado teve sua história de povoamento e ocupação influenciada pelas possibilidades de extração de ouro. Até então, eram comuns os latifúndios com a criação de gado. Com a decadência do ouro, a agricultura foi a melhor alternativa para essa microrregião. A partir da última década do século XX, ocorreu um crescimento das culturas permanentes. A fruticultura irrigada passou a ocupar progressivamente uma posição de destaque no cenário agrícola regional. A falta de políticas públicas gerou uma insustentabilidade para a cadeia produtiva à medida que surgem problemas de diversas ordens, desde relações com os recursos naturais ao comércio internacional. Isso ocorreu nessa microrregião que, em função da falta de infraestrutura permanente, sofre, sobretudo com a falta d'água. Diante disso, o objetivo desse artigo é analisar as consequências da falta de infraestrutura para garantir melhoria na captação e distribuição hídrica regional de forma sustentável, que, atualmente, é o maior entrave a produção agrícola regional.

Palavras-chave: Agricultura. História Regional. Produção do Espaço.

ABSTRACT

The microregion of Livramento de Brumado had its history of settlement and occupation influenced by the possibilities of extracting gold. Until then, the estates were common with cattle. With the decline of gold, the agriculture was the best alternative for this microregion. From the last decade of the twentieth century, there was an increase in permanent crops. The irrigated horticulture gradually came to occupy a position of prominence in the regional agricultural. The lack of public policies generated unsustainable for the productive chain as problems arise from various sources, from relations with the natural resources to international trade. This occurred in this microregion that, due to the lack of permanent infrastructure suffers, especially with the lack of water. Therefore, the aim of this paper is to analyze the consequences of the

lack of infrastructure to ensure improvement in the collection and distribution of regional water sustainably, which is currently the biggest obstacle to regional agricultural production.

Keywords: Agriculture. Regional History. Production of Space.

Introdução

A Bahia, como a maioria dos estados brasileiros, contou com várias influências em sua formação histórico-cultural. Os seus primeiros tempos, séculos XVI e XVII, foram marcados pela presença portuguesa e africana e, posteriormente, pela presença de mineiros. Todas essas influências foram decisivas para a exploração das atividades econômicas, como também o foram na definição de costumes culturais. Nesse contexto, a formação territorial do Estado da Bahia teve início em meados do século XVI, a partir do Recôncavo Baiano. A princípio, estas áreas eram exploradas com grandes plantações de cana e fumo numa estrutura de engenho colonial (TAVARES, 2001).

À medida que a demanda por produtos cultivados ou minerais se ampliava, a incorporação de novas áreas ao processo produtivo se fazia necessária. Essa distribuição de terras seguia orientações de Portugal, que o fazia via sesmarias, ou seja, ocupava imensas quantidades de terras para manter o domínio do território.

O controle da terra estava sempre vinculado às possibilidades de encontrar metais preciosos: era o desejo e a necessidade da corte portuguesa. A ocupação do interior, através da exploração de minérios, criava pequenos povoados que, posteriormente, seriam cidades. Apesar dessa relação estar vinculada a capacidade produtiva das minas (que podia ser de curta ou longa duração), ela gerava um fluxo migratório proporcional, às vezes o ciclo era muito curto e não gerava núcleos urbanos.

Nesse contexto, através do garimpo, nasciam os principais núcleos urbanos que, por sua vez, demandavam bens materiais e alimentos, gerando novas relações produtivas. A estrutura política de poder do interior praticamente não existia. As famílias mais abastadas ditavam as leis e comandavam tudo de acordo com seus interesses. Mesmo com a subdivisão das terras entre as principais famílias, ainda restavam grandes propriedades e sempre apareciam seus donos, senhores e coronéis, homens de posses, chefes locais.

Assim, a esfera pública estadual limitava-se a questões ligadas a justiça, à polícia e ao fisco, tudo passando pelas mãos dos chefes locais. As trocas culturais quase não aconteciam, ficando cada local responsável pela preservação e reprodução das suas

práticas. Aliás, através das questões culturais revela-se o nítido mosaico baiano, composto de partes distintas, desarticuladas, heterogêneas e contraditórias (NEVES, 2003).

As normas e intervenções estavam vinculadas ao que foi definido como “cultura dos currais”, ou seja, aos que caíam em combate, aos vencidos, não era dado nenhum direito, todos os seus bens e posses, do rebanho ao carnaubal, era passível de destruição, a depender da decisão do vitorioso. Os coronéis lideravam sua gente na paz e na guerra. Eram acolhidos como verdadeiros senhores, tão poderosos que, tanto sós ou em aliança, influenciavam e decidiam a vida dos cidadãos da Bahia, de Goiás, do Piauí ou Minas Gerais. Os cidadãos eram controlados através de regras rígidas, que invadiam o seu mundo particular, desrespeitando-se, muitas vezes, a sua vontade, como ocorria durante as eleições (BAHIA, 2007).

À medida que se distanciava da capital baiana, onde eram tomadas as medidas econômicas e políticas, o interior ficava proporcionalmente distante das influências e decisões. O Estado não demonstrava interesse, tampouco tinha como exercer um comando efetivo sobre essas regiões, a menos que houvesse possibilidades de riquezas. Tornaram-se comuns desmandos e perseguições por autoridades locais. A distância dos grandes centros criava lugares cada vez mais distintos e surgiam novas perspectivas de trabalho.

A descoberta de metais preciosos na Chapada Diamantina teve sua efervescência entre os anos de 1817 até 1866 e foi um grande fator de atração populacional para essa região. Passada essa fase, as atividades agropecuárias e mineradoras foram pontuais e pouco expressivas para o desenvolvimento econômico regional e estadual, sofrendo os agravantes das dificuldades naturais com forte impulso ao êxodo populacional (NEVES, 2003).

1.1 A ocupação da Serra Geral da Bahia.

A região da Serra Geral teve sua ocupação baseada no sistema de sesmaria, assim como as terras do interior da Bahia, no século XVIII, divididas de acordo com suas possibilidades de extração de ouro, com presença marcante de latifúndios e de criação de gado.

A população que chegava nessas terras sertanejas vinha motivada pela possibilidade das minas de ouro. No entanto, estavam contribuindo para a formação territorial e construindo rotas para outras regiões do interior do Brasil como Minas Gerais e Goiás (GUIMARÃES, 1997). Sendo assim, a ocupação dessa região deu-se

prioritariamente por paulistas e mineiros e, em meados do século XVII, por baianos e portugueses que conduziam escravos para ajudar na mineração.

Outro aspecto que merece ser valorizado foi a chegada de famílias refugiadas da inconfidência mineira e de outros conflitos regionalistas. Essas pessoas se ocupavam principalmente com a criação de gado, quando não era mais possível viver das minas de ouro. O crescimento populacional, a criação de gado e o conseqüente desenvolvimento agrícola e comercial passaram a garantir sobrevivência e certa estabilidade a estas cidades (ALMEIDA, 1997).

A atividade mineira foi decisiva para o surgimento de pequenos povoados nessas áreas mais distantes da capital baiana. A partir disso criava-se uma nova dinâmica de circulação de pessoas e mercadorias. No entorno dessas áreas mineradoras surgiam atividades agrícolas e formavam-se os primeiros núcleos urbanos, obedecendo a um padrão urbano bastante comum em cidades brasileiras do período colonial: com uma capela, grandes casarios em que habitavam as famílias mais abastadas e casas mais simples dos trabalhadores, além das casas de comércio, hospedarias, entre outras.

A Corte portuguesa sempre enviava alguns representantes, membros da igreja católica, para acompanhar expedições ao interior do Brasil com finalidade exploratória. Esta instituição foi uma marca forte nesse processo de formação regional, exercendo grande influência e parceria na esfera do poder político e econômico, estava à frente nas construções de igrejas e capelas nos povoados e nas sedes das fazendas. Além de influenciar crenças e tradições, liderava a espiritualidade.

Nesse contexto, em 1715, foi erguida uma capela por nome de Nossa Senhora do Livramento e o arraial que se formou passou a ser chamado Arraial de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio das Contas. Sendo assim, dadas às possibilidades da exploração do ouro na região, em 1722, o rei Dom João V autorizou a transformação desse povoado em Vila:

[...] mando que se erijão e criem as villas que forem convenientes, e sem que vos valesseis desta conseção vos parecia dizer-me convem muito se erija logo no Rio das Contas uma villa com seo Magistrado não só pelo que respeita à boa arrecadação dos quintos, mas pelo que toca a se evitar nos disturbios e desordens que commettem aquelles moradores como refugiados [...] (CARTA REAL: LISBOA, 27 DE NOVEMBRO DE 1723.)

Assim, foi criada, em 1724, a Vila de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio das Contas, hoje, atual cidade de Livramento de Nossa Senhora, pelo 4º vice-rei do Brasil, Vasco Fernandes César de Menezes, o Conde de Sabugosa. Os primeiros

municípios formados nessa região foram: Livramento de Nossa Senhora, Rio de Contas, Paramirim, Erico Cardoso e Dom Basílio.

Com a transposição para a Vila Nova, a população da Vila Velha sofreu um forte decréscimo, no entanto, com a decadência da produção de ouro, muitos garimpeiros migraram para outras regiões da Chapada Diamantina. Diante disso, o município de Livramento de Nossa Senhora foi favorecido pelo aumento da produtividade agrícola em função das grandes áreas de planícies naturalmente irrigadas (VASCONCELOS, 1997).

Em 1745, essa sede foi transferida para o Arraial de Creoulos, na parte alta da Serra, onde hoje está situada a cidade de Rio de Contas. Essa transferência ocorreu por recomendação real, alegando as constantes doenças e epidemias comuns nas pessoas que habitavam as proximidades dos vales. Essa mudança era também, ou principalmente, uma estratégia de controlar a extração do ouro. Com esse decreto real, passou a existir duas vilas distintas, a velha e a nova. Livramento de Nossa Senhora passou a ser chamada de Vila Velha, e o Arraial de Creoulos de Vila de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio das Contas.

A extração do ouro nessa microrregião teve como principal período o século XVIII e começo do XIX. A partir de então, houve uma progressiva decadência. Segundo Tanajura (2003), o ouro foi encontrado no leito do Rio Brumado, próximo à Cachoeira e nas localidades de Passa-Quatro (mina do lavrado), Itaguaçu (minas do Cercado e Camarinha), Igrejil (Serra das Almas), Canabrava de São Gonçalo, Serra da Melancia e Riacho do Ouro.

Segundo Caires (2007), bandeirantes e sertanistas na busca do valioso metal seguiam os veios auríferos do Rio de Contas, no período de 1696 e 1702. Estes desbravadores encontraram no Rio de Contas Pequeno (atual Rio Brumado) o ouro de aluvião, dando início à exploração do ouro, no Sul da Chapada Diamantina. De acordo com este autor, a riqueza propiciada pela exploração do ouro trouxe preocupações à Corte portuguesa, interessada na cobrança de impostos.

A mineração foi o principal motivo de atração para essa região, a partir do século XVIII, seguida da pecuária bovina, do algodão, e da pequena agricultura comercial e de subsistência. As cidades mineradoras prosperavam em função da grande valorização dessa atividade no mercado nacional e internacional.

Havia grandes investimentos nas áreas que davam sinais de extração mineral, dado a exuberância da arquitetura que testemunham ainda hoje este fato, que inclusive

tinham esses investimentos interrompidos com a decadência da mineração. O crescimento de atividades acessórias eram inevitáveis devido ao surgimento do crescente mercado consumidor e da dificuldade em transportar mercadorias da capital (VASCONCELOS, 1997).

À medida que as populações ocupavam o interior, desenvolviam-se também atividades paralelas de agricultura e pecuária. Assim ocorria a ocupação e fixação humana na região. Com o crescimento populacional, a formação de pequenos núcleos urbanos decorrentes da mineração e da produção de algodão e de gado, a região da Serra Geral e da Chapada Diamantina passou a contar com uma população estável. A atividade econômica principal fez gerar as secundárias como a produção de gêneros agrícolas e o comércio de produtos e subprodutos do garimpo e do algodão.

Após o ciclo do ouro, a região passou a ser produtora de alimentos para o consumo interno. Produzia-se algodão, gado e minerais numa estrutura fundiária altamente concentradora, geradora de desigualdade social. Entretanto, a estagnação ou decadência das atividades mineradoras abria espaço para o crescimento de novas atividades econômicas.

Regionalmente, a cultura do algodão assumiu por um importante período o maior destaque econômico em função, principalmente, da adaptação ao clima semiárido e da importância do produto no mercado nacional e internacional.

O algodão foi o produto que garantiu o fortalecimento de muitos municípios na Bahia, foi exportado para Europa, a partir do século XVIII, era transportado por tropeiros ao porto de São Felix/Cachoeira-BA que seguiam para Salvador. Nesse tempo as atividades econômicas de maior ocupação passaram a ser as agropastoris e extrativas, praticamente com mão de obra masculina. As mulheres realizavam atividades de caráter doméstico, submissas, seu lugar de domínio quase nunca se estendia aos limites da cozinha (ALMEIDA, 1997).

Os tradicionais canais de extração de ouro passaram a ter uma nova função na atividade agrícola. Existem muitos pequenos canais primitivos construídos, no século XVIII, por garimpeiros que exploravam a margem do rio a procura de ouro. No entorno desses canais tornou-se comum às práticas da agricultura de subsistência e comercial.

O sopé da serra das Almas apresenta boas condições naturais às práticas agrícolas, compostas de grandes áreas da depressão sertaneja irrigadas pelo Rio Brumado. A parte alta da serra tem uma altitude que varia entre 1.200 a 1.900 metros, o

ponto culminante é a Serra das Almas que atinge 1952 metros. As partes baixas do pediplano variam entre 400 a 500 metros (Figura 01).

Figura 01- Vista parcial da cidade de Livramento de Nossa Senhora.



Fonte: <http://pt.db-city.com/Brasil--Bahia--Livramento-de-Nossa-Senhora>

A decadência da mineração e as dificuldades com a pecuária foram decisivas na ampliação agrícola dessa região que precisava suprir a necessidade alimentar da população local, como também encontrar uma cultura que pudesse trazer divisas à economia. A atividade agrícola de maior expressividade, até então, havia sido a cultura do algodão.

1.2 Caracterização geral do setor agrícola regional

A situação econômica da Serra Geral é pouco expressiva se comparada com outras regiões do Estado da Bahia. A partir da última década do século XX, ocorreu um crescimento das culturas permanentes nessa região com percentuais elevados do valor da produção. A produção de mangas particularmente atingiu significativos aumentos. A fruticultura irrigada favoreceu a implementação da técnica em função principalmente da entrada nos mercados externos e da dinamização da fruticultura nesses municípios. Esta atividade tem influenciado a produção em muitos municípios vizinhos com possibilidade de irrigação.

A decadência da cultura algodoeira em fins da década de 1980 (principalmente no município de Guanambi) provocou um grande impacto na economia regional. O algodão foi por muito tempo a principal atividade econômica e ocupava a maior parte da

mão de obra na agricultura regional. Hoje, a região da Serra Geral não tem mais uma atividade agrícola que contemple e integre economicamente todos os municípios. De forma praticamente isolada a maior expressão hoje é representada pela fruticultura irrigada.

A principal cultura da região hoje é a manga, mas é expressiva também a produção de banana, café e maracujá, que são produzidos em muitas propriedades, sendo que em algumas áreas em caráter empresarial, com vistas a grandes mercados e uma produção especializada. Enquanto o café se concentra nas áreas de serras sob influência de maiores altitudes e de chuvas orográficas, a manga é mais encontrada nas terras baixas.

Ao analisar a produção das principais explorações agrícolas regional entre 1990 a 2002, observam-se decréscimos para todos os produtos tradicionais. As lavouras temporárias, que são as mais representativas, apresentaram perdas de produção generalizadas, com taxas de mais de 23% para o algodão a 0,5% ao ano para o milho. Até mesmo a mandioca, que se constitui na exploração mais disseminada em todo o espaço regional em pequenas propriedades, diminuiu à taxa a 3,5% ao ano. Por outro lado, as culturas permanentes recém-implantadas, a partir das áreas irrigadas, sempre se mostraram em expansão. Assim, enquanto a manga cresceu 19,0% ao ano, a banana e o maracujá expandiram suas produções a taxas médias de 10,1 e 61,4%, respectivamente. Com exceção das lavouras de algodão e da manga, que tiveram participações dignas de registro no total do Estado, as demais explorações não ultrapassaram a faixa dos 5,8% (BAHIA, 2007).

O município com maior população e PIB hoje nessa microrregião é Livramento de Nossa Senhora, o que leva a crer na forte influência do projeto de irrigação para esse fato. O DNOCS na época da implantação do perímetro irrigado, implantou 34 perímetros no Brasil, destes, três foram na Bahia, o de Cocorobó, Jacurici e Livramento de Nossa Senhora. Este último tem crescido significativamente nas últimas décadas em relação aos outros perímetros irrigados da Bahia e tem se destacado entre os municípios circunvizinhos de Dom Basílio, Érico Cardoso, Paramirim e Rio de Contas.

O acesso ao perímetro é feito pela Rodovia Federal BR-116 e pela estadual BA-148. Com a implantação desse perímetro irrigado houve uma nova configuração desses espaços urbanos e rurais nessa microrregião. Uma completa alteração da paisagem em função desse projeto. As lavouras permanentes (banana, maracujá e manga) passaram a ocupar progressivamente uma posição de destaque no cenário agrícola regional. A

produção de maracujá saltou de 1.300 toneladas em 2005 para 9.000 toneladas em 2010, um aumento de aproximadamente 690%. (Tabela 1).

Tabela 1- Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio – Produção das Lavouras Permanentes em toneladas – 2000-2011

Lavouras	Livramento de Nossa Senhora				Dom Basílio			
	2000	2005	2010	2011	2000	2005	2010	2011
Manga	2.000	4.000	7.000	7.000	320	1.000	3.500	3.500
Maracujá	260	1.300	9.000	6.000	300	1500	9.000	6.000
Banana	400	450	600	300	30	30	30	30

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal

A distribuição dos estabelecimentos agrícolas da região segue o padrão do Nordeste do Brasil e corresponde ao modelo de exploração adotado em sua formação histórica, com forte presença de grandes estabelecimentos. Entretanto, as áreas destinadas ao perímetro apresenta uma realidade distinta. Os lotes foram distribuídos a 289 agricultores na implantação do projeto. As lavouras permanentes aparecem em menor número de estabelecimentos e ocupa maiores áreas, enquanto as lavouras temporárias estão em maior número de estabelecimentos e ocupa menores áreas.

Quanto à distribuição da terra, a microrregião do Brumado apresentou, em 1985, um Índice de Gini com melhores indicadores que a média do Estado da Bahia. Em Livramento de Nossa Senhora, o Índice de Gini tem apresentado uma melhoria com relação à distribuição da renda e da terra. Esse indicador é contemporâneo à implantação do perímetro irrigado, podendo esse projeto merecer parte dos créditos pela melhoria de qualidade de vida dessa população. De acordo a evolução do índice de Gini, o município de Livramento de Nossa Senhora apresenta o melhor resultado relativo, com um crescimento positivo regular e constante. Dom Basílio e Érico Cardoso também apresentaram melhorias progressivas de acordo esse índice (Tabela 2)

Tabela 2 - Índice de Gini Microrregião de Livramento do Brumado 1991-2000-2010

Brasil/ Estado/ Municípios	1991	2000	2010
Brasil	0,638	0,646	0,608
Bahia	0,674	0,665	0,627
Dom Basílio	0,529	0,474	0,458
Érico Cardoso	0,549	0,599	0,491
Livramento de Nossa Senhora	0,622	0,581	0,537
Paramirim	0,478	0,733	0,513
Rio do Pires	0,474	0,580	0,488

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1991, 2000, 2010 / Organizado pelo autor

Apesar da estrutura fundiária ainda concentrada, a pequena propriedade sempre desempenhou um importante papel na agropecuária regional e mostra sinais de avanços, tanto como subsistência ou comercial, e, nesse processo de reestruturação produtiva, a agricultura familiar desenvolveu-se paralelamente, se integrando fortemente a cadeia produtiva da fruticultura nessa microrregião, especialmente com a produção de manga que tem conquistado o mercado externo. A bacia do rio Brumado foi atrativa a implantação do projeto de fruticultura irrigada nos municípios de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio, entre outros municípios vizinhos. Essa atividade frutífera foi favorecida pela construção da barragem na parte alta da serra no município de Rio de Contas.

1.3 O Perímetro Irrigado da Microrregião de Livramento do Brumado

O interior da Bahia deu sinais de vitalidade econômica apenas no final da década de 1980, através de políticas públicas de incentivo ao turismo e do melhoramento agrícola com a introdução de tecnologias modernas.

Nesse contexto, a microrregião de Livramento do Brumado foi contemplada com o projeto do perímetro irrigado. Essa microrregião tem uma topografia favorável a esse projeto. Antes da fruticultura irrigada, as partes baixas dos vales eram exploradas com cultivo de arroz, feijão, milho e mandioca.

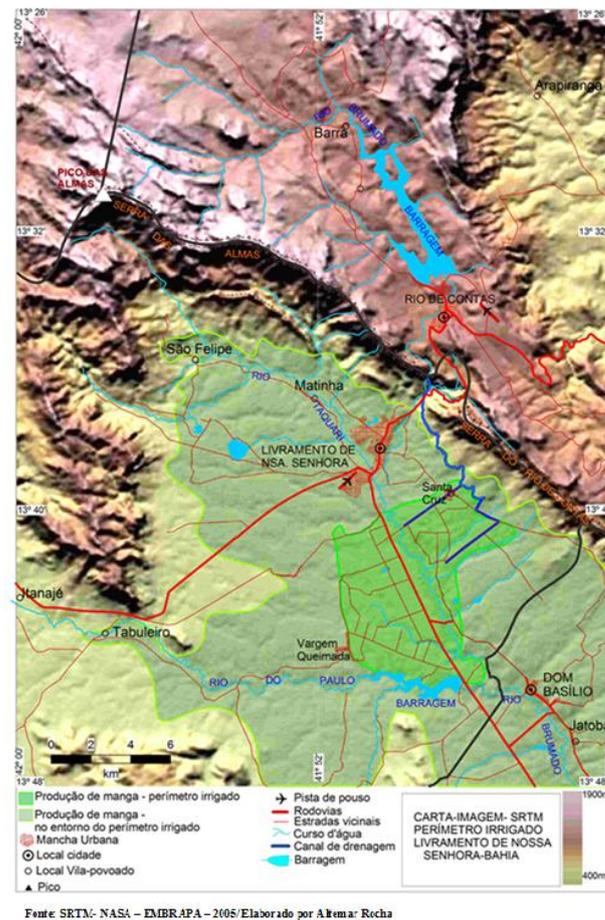
A implantação do perímetro irrigado foi iniciada em 1977, os serviços de administração, operação e manutenção da infraestrutura de uso comum foram implantados somente no ano de 1986. Para isso, foi desapropriada uma área de 7.821,12 ha, ficando 3.526,12 ha sem irrigação e 4.295,00 ha irrigados.

A princípio, o projeto de irrigação ocupava áreas apenas do município de Livramento de Nossa Senhora, após reivindicação da população de Dom Basílio, o projeto foi estendido. Atualmente, ocupa uma área de 10.000 hectares de áreas irrigadas, sendo 7.000 em Livramento de Nossa Senhora e 3.000 em Dom Basílio.

O perímetro irrigado de Livramento do Brumado situa-se no domínio das Depressões Interplanálticas, numa região geomorfológica que segundo o Radam Brasil SD24 (1981), corresponde à Depressão Sertaneja, cuja unidade Geomorfológica é representada pelo Pediplano Sertanejo, com altitudes que variam entre 400 e 500 metros, em toda a sua extensão rebaixada pelos processos de pediplanação.

Todo o perímetro irrigado está rodeado por feições geomorfológicas de grandes elevações tais como o pico das almas com 1950m de altitude, tendo continuidade com a serra das almas cuja media altimétrica é de 1600m de altitude, orientado no sentido Noroeste Sudeste, com altitude que varia entre 1000 e 1300m, segue no mesmo sentido a Serra do Rio de Contas que, ocupa grande extensão territorial nos municípios de Livramento de Nossa Senhora, Rio de Contas e Dom Basílio. A porção Oeste Noroeste tem-se elevações topográficas representadas pelas estruturas dobradas, genericamente chamadas de serras, compreendendo a Serra do Mocambo, a Serra do Brejo e a Serra da Melancia com altitudes que variam entre 900 e 1200m de altitude (Figura 2).

Figura 2- Perímetro Irrigado de Livramento do Brumado – BA



O perímetro irrigado apresenta um declive 0 e 5% que por essa condição atende a irrigação por gravidade controlada pela construção da barragem Eng. Luiz Vieira, com capacidade de armazenamento de 106.000.000 m³. São distribuídos 7.000 m de canais de adução (DNOCS, 2006). A área desapropriada para o projeto foi de 7.821,12 ha,

distribuída em área de sequeiro e área irrigável. O projeto ainda destina uma área voltada à extensão.

A barragem foi construída para atender 5 mil ha dentro do perímetro irrigado, mas a produção se estendeu para fora do perímetro sem planejamento da capacidade hídrica regional. A iniciativa privada adentrou as áreas circunvizinhas produzindo manga e maracujá. Atualmente, as áreas plantadas ultrapassam 10 mil hectares, mais que o dobro do projeto original.

A construção da barragem foi um projeto do DNOCS, com objetivo de diminuir a seca e a pobreza e investir na agricultura irrigada. Durante a escavação da tomada d'água, foi descoberta uma falha proveniente de antigos movimentos tectônicos, além disso, o alto teor de umidade e elevado índice de vazios resultaram na interrupção do projeto que foi retomado após dez anos, sendo a barragem concluída em 1993.

A bacia tem uma área de 256 km² e o rio barrado para a construção da barragem foi o Brumado, que nasce na Serra das Almas no município de Rio de Contas. Esse manancial permitiu a irrigação do vale situado no município de Livramento de Nossa Senhora, onde o DNOCS implantou o perímetro de irrigação. O DNOCS foi implantado no município Rio de Contas no ano de 1953, sendo interrompido em várias etapas por falta de verbas e, a partir de então, começaram os estudos da elaboração do projeto do açude, desenvolvidos por sua equipe técnica, para, em seguida, dar início ao processo de construção da barragem que atenderia ao Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado.

[...] Nas décadas de 1960 e 1970 várias empresas prestaram serviços de consultorias, dando continuidade aos estudos dos aspectos físicos (climatológicos, hidrológicos, geológicos, geotécnicos e agrológicos) dos municípios de Rio de Contas e Livramento de Nossa Senhora. Assim como, levantamentos da viabilidade socioeconômica e financeira; das culturas e dos principais pólos que fazem parte da bacia. [...] Assim, Livramento de Nossa Senhora se destacou dos demais municípios da Bahia (ALMEIDA E PINTO, p.1133, 2012).

Tais obras destinadas a projetos de irrigação têm um custo elevado, o que a torna uma obra eminentemente pública. O DNOCS projetou toda a estrutura capaz de captar a água do rio Brumado por gravidade e levar até a área do perímetro de irrigação com o custo zero de energia, economia de água e maior produtividade. O pequeno produtor prevaleceu dentro do perímetro, ocupando áreas com uma média de 5,27 hectares. No início do projeto, em 1986, foram distribuídos 289 lotes. Atualmente, nas áreas do

projeto ocorre uma diversidade de cultivos destacando-se: banana, coco, mamão, goiaba, manga, maracujá, pinha e uva (DNOCS, 2006).

Fora do projeto, muitos produtores começaram a produzir manga de forma particular e aleatória, sem planejamento. Segundo Caires (2007), o agronegócio tem sido estimulado, cada vez mais, com o aumento da área plantada devido a sua alta lucratividade. Contudo, isso vem causando sérios problemas, dentre eles, a irracionalidade no uso dos recursos hídricos que vem provocando um verdadeiro colapso no sistema de irrigação.

A falta de um acompanhamento sistematizado dessas grandes obras gerou uma insustentabilidade para a cadeia produtiva à medida que vão surgindo problemas de diversas ordens desde relações com os recursos naturais ao comércio internacional. Isso ocorreu nessa microrregião que em função da falta de infraestrutura permanente, sofre, sobretudo com a falta d'água.

Entre 1990 e 2010, houve uma progressiva participação dos municípios de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio no cenário agrícola baiano. Esse momento foi marcado pela introdução e expansão da fruticultura irrigada nessa microrregião. A partir desse período, verificou-se grandes avanços técnicos e produtivos, porém todo esse processo está se restringindo em função da insuficiência ou mau aproveitamento dos recursos hídricos. Em 1990, a área ocupada com manga nesses municípios era de apenas 330 hectares, passando para 10.500, em 2011 e representando 13,7% da área colhida com manga no Brasil em 2011 (Tabela 3).

Tabela 3 - Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio Área colhida com Manga (hectares) 1990-2011

Brasil/Municípios	1990	1995	2000	2005	2010	2011
Brasil	45.303	56.590	67.590	68.141	75.179	76.383
Livramento de Nossa Senhora	310	633	2.000	4.000	7.000	7.000
Dom Basílio	20	100	320	1.000	3.500	3.500

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal

O crescimento das áreas ocupadas em Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio são proporcionalmente muito superiores à média brasileira. Entre os anos de 1995 a 2000 houve um aumento de áreas produtoras de mais de 300% nesses municípios, enquanto a média brasileira foi de pouco mais de 10% para o mesmo

período. Essa progressão teve de ser interrompida a partir de 2010 pela falta de infraestrutura com a captação de água.

Segundo Teixeira (2005), a política de desenvolvimento rural com uma abordagem territorial, a partir da identificação dos territórios rurais, no Estado da Bahia, não avançou como poderia nos municípios de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio. A introdução da fruticultura nesses municípios promoveu um crescimento e dinamizou a economia através da cadeia produtiva da manga. Essa dinâmica ocorre em função da integração produtiva, articulada em rede entre os produtores e o mercado interno e externo. No entanto, está seriamente comprometida pela falta d'água.

A manga exerce um papel importante no desenvolvimento dessa microrregião, numa área de semiárido na qual se articula um amplo sistema de relações. São importantes fenômenos geográficos de valorização das regiões interiores. Como enfatiza Abramovay:

Uma visão territorial do desenvolvimento pode revelar potenciais que, até hoje, o meio rural não revelou à sociedade. Visto como a base física da produção agrícola, seu destino dificilmente escapa à tragédia do esvaziamento social, econômico, político e cultural. Quando, entretanto, o meio rural é encarado, não como a simples sustentação geográfica de um setor (a agricultura), mas como base de um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais, seus horizontes podem ser ampliados. (ABRAMOVAY 2003, p. 98).

As atividades produtivas tiveram sua exuberância a partir de intenso uso de recursos técnicos. Nessa microrregião prevalece pequenas propriedades sem controle efetivo do processo e sujeitas às oscilações climáticas e de mercado. Esses produtores encontram dificuldade de acesso a serviços e infraestrutura, sendo esses fatores responsáveis pela limitação e manutenção das atividades agrícolas (BAHIA, 2007).

A água tem sido a grande questão do perímetro na atualidade e funciona da seguinte forma: a água do rio Brumado é captada por uma válvula de dispersão a 1060 metros de altitude, passa por um sifão com cerca de 400m e sobe até o canal de adução. A partir daí é distribuída pelo perímetro por gravidade. Os sistemas de irrigação utilizados no perímetro irrigado são 60,77 % por aspersão convencional, 39,15 % por microaspersão e 0,08 % por gotejamento. A infraestrutura da rede de irrigação é composta de canais de adução com 7.000m e canais primários com 7.600m de extensão. A rede pressurizada de irrigação foi construída em ferro fundido, com vazão de 2.560 l/s e a rede de drenagem com drenos de 31.500m de extensão. O Projeto beneficia 416 produtores, num total de 2.961,35ha de área plantada, que além da manga são

produzidos: banana, coco, mamão, goiaba, pinha, uva e algumas hortaliças (DNOCS, 2006).

A grande questão que se impõe na microrregião de Livramento do Brumado tem sido a deficiência hídrica, fato corriqueiro em regiões de predominância do clima semiárido e com um grande potencial agrícola. A irrigação por gravidade ainda é a principal fonte de abastecimento nos lotes do perímetro e foi um dos principais incentivos e atrativos a produção da manga, principalmente pelo baixo custo. No entanto, à medida que se expandia as áreas produtivas da cultura da manga várias técnicas foram adotadas como o bombeamento e a micro aspersão. Todos esses fatores interferiram na distribuição da capacidade hídrica.

A diferença de altitude em relação à de Rio de Contas, é de aproximadamente 900 metros, onde foi construída a barragem Eng.º Luiz Vieira, abastecida pelas águas do alto curso do rio Brumado e pelas chuvas de verão. A barragem ocupa uma área de 77 hectares, a micro bacia no entorno da barragem ocupa uma área de 56 km² quilômetros quadrados. Para sua construção o governo do Estado desapropriou cerca de 8.000 ha para essa finalidade. Atualmente, é a principal fonte de abastecimento do perímetro irrigado.

O projeto de irrigação prevê a distribuição de água em três blocos em direções distintas para atender um maior número de propriedades. Em 1987, foi inaugurado o bloco três, com uma distribuição de água para 150 ha. Em 1988, este bloco estava em pleno funcionamento e atendendo 2.442 ha de áreas irrigadas. Até os dias de hoje, é o único bloco em funcionamento. Os blocos um e dois não funcionam, e estão totalmente vinculados ao reservatório de água que tem enfrentado grandes dificuldades em função dos prolongados períodos de seca. A barragem Luiz Vieira não tem conseguido atender regularmente nem mesmo o Bloco três, quiçá todo o projeto. Também ocorre o uso da água por produtores não vinculados ao perímetro irrigado que conseguem utilizar as águas dos antigos canais. Todos estes fatores são desfavoráveis ao funcionamento dos outros blocos e a sustentabilidade do uso da água na região.

Ao mesmo tempo em que as áreas produtivas se expandem, o problema com a água aumenta. Por isso, foi criada a Sociedade das Águas S.A., com o propósito de racionalizar o uso das águas nessa microrregião. Essa associação é formada pelos proprietários locais que tem conseguido estabelecer um controle de distribuição de águas por dias e horas, de forma a atender a todos do perímetro irrigado. Antes da

fruticultura, existia uma policultura forte com destaque para a produção de arroz, chegando a ser o maior produtor do Estado.

Os recursos hídricos, atualmente, são as maiores preocupações para esses municípios, em ano de seca a barragem não consegue atender o abastecimento regular da população imediata que é da cidade de Rio de Contas. A escassez de água, o desmatamento das matas ciliares, a extensão de áreas produtivas além do perímetro redimensiona um problema difícil de resolver. É urgente a criação de estratégias que possam frear o uso irracional dos mananciais dessa microrregião. A oferta de água está cada vez mais insuficiente para atender o consumo da população de Rio de Contas e sustentar a irrigação da fruticultura em Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio. Essa realidade demonstra sérios problemas a curto e médio prazo.

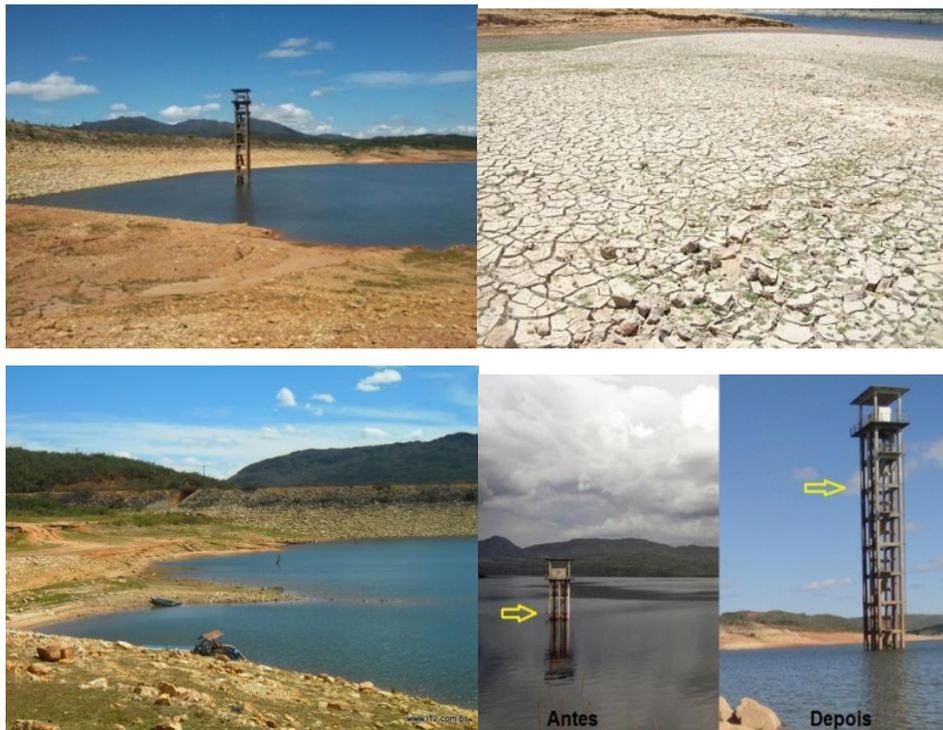
Em função disso, foram criados comitês gestores da água, que tiveram a finalidade de discutir essas questões dos recursos hídricos da região para tentar encontrar soluções eficientes em atender o consumo da população e o perímetro irrigado. Se antes o problema da produção de frutas estava envolto a questões de ordem econômica: preço, mercados, comercialização, armazenamento, tecnologias, abastecimento, agora tem também o problema ambiental e a forte perspectiva de falta de água. Essa comissão que foi criada é composta de um grupo de pessoas representativas dos usuários e dos diversos segmentos da sociedade política e civil organizada.

Com a incumbência de garantir a oferta hídrica de forma sustentável, uma Comissão Técnica foi criada para se preocupar com a qualidade e quantidade da água, os múltiplos usos, proteção e preservação dos recursos hídricos e ambientais, revitalização dos reservatórios, fiscalização dos usos dos recursos naturais e acompanhamento das atividades vinculadas às águas e à organização do espaço dos sistemas hídricos (TEIXEIRA, 2005).

Segundo o agrônomo da ADAB, o DNOCS montou o projeto de irrigação para a área do perímetro. A partir de então, outras áreas circunvizinhas de propriedade particular foram se instalando e tendo acesso as fontes de irrigação. A irrigação é um projeto antigo, a princípio formado por canaletas, um processo simples e manual. Atualmente, grande parte do perímetro é atendida por tubulações e administrado pela Associação do distrito de irrigação do Rio Brumado (ADIB), e pelo Conselho das águas que controla toda a irrigação do perímetro. Existem também áreas irrigadas pelas águas do rio de Contas e por poços tubulares.

As áreas fora do perímetro são definidas como polos frutíferos do rio Brumado. A principal fonte de abastecimento do perímetro irrigado é a do rio Brumado. Segundo esse agrônomo, a grande dificuldade do perímetro tem sido a falta d'água que, no segundo semestre de 2012, limitou a produção de fruta. São liberadas pela associação apenas dois dias de água por semana, com doze horas a cada dia, totalizando apenas vinte e quatro horas de disposição de água por semana. Segundo este agrônomo, é muito pouco. São necessários quatro dias de água por semana com doze horas por cada dia por bloco, que corresponde a 16 metros cúbicos de água por hora. A partir de outubro de 2012, a liberação de água foi completamente interrompida em função do nível de água da barragem estar muito abaixo do limite para liberação. A previsão é só liberar a partir de abril de 2013, caso a chuva caia. Grande parte dos produtores perderá além da safra, toda a lavoura (Figura 3).

Figura 3–Barragem Luís Vieira- Rio de Contas-BA - volume de água muito abaixo do limite



Fonte: L12.com Antes: 2009 Depois: 2012

A questão da água tem tomado projeção no mundo todo em função de sua escassez. A água represada em açudes, prática muito comum no semiárido, perde em torno de 30% por evaporação. A construção de canais e a transposição de rios são alternativas mais eficientes ao controle e desperdício dessa água. Atualmente, em

Livramento de Nossa Senhora, ocorrem intensos conflitos na gestão e distribuição da água do rio Brumado.

O crescimento das áreas irrigadas tem sido gerador de conflitos entre o projeto público e os empreendimentos particulares. Recentemente, foi construída uma barragem menor em Livramento de Nossa Senhora, no rio do Paulo, bacia do rio de Contas, com o objetivo de atender os irrigantes de Dom Basílio. Esta barragem apenas amenizou parte do problema da falta d água nas épocas de chuvas, mas há alguns anos essa barragem está totalmente sem água (figura 4). O problema existe, é uma realidade e pouco ou nada tem sido feito, cada segmento quer apenas defender seus interesses e não há compreensão que o problema é de todos.

Figura 4-Barragem do Rio do Paulo- Rio de Contas-BA



Fonte: www.oecojornal.com.br

A exigência de formas eficientes, racionais e práticas são os verdadeiros desafios a um planeta sustentável. Discutir o campo, atualmente, exige que se faça uma leitura também nesta direção.

Outra questão que merece ser debatida é a possibilidade de contaminação dos lençóis freáticos em função da utilização intensiva de fertilizantes químicos e pesticidas. São necessárias vigilâncias constantes em diagnósticos de riscos sobre a utilização de substâncias químicas em todas as áreas produtivas no país, sob pena de serem excluídas dos principais mercados as áreas contaminadas (BRASIL, 2009).

Na fruticultura algumas questões serão fortemente debatidas nos próximos anos. A mais urgente é, sem dúvida, a questão do uso racional da água, cujo fornecimento deverá ser mais precário e mais caro. Atualmente, nos perímetros irrigados são cobradas apenas as tarifas k1 e k2 que são referentes aos custos operacionais de fornecimento de água e ao ressarcimento dos investimentos realizados em implantação de infraestrutura de irrigação. A grande novidade será a cobrança da água propriamente dita que é um

patrimônio nacional e que passará a ter custo que, por sua vez, implicará no aumento imediato dos custos de produção.

A participação da população em decisões de interesses coletivos tem se tornado um interessante e eficiente instrumento democrático, é um processo que vem se consolidando através de políticas participativas, inclusive para o campo, onde há forte presença de agricultores familiares. Em regiões em que predomina o agronegócio é praticamente impossível desenvolver estratégia dessa natureza.

REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAY R. **O futuro das regiões rurais**. Editora da UFRGS, Porto Alegre, RS. 2003.

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. **Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. Planejamento**, Salvador, v. 5, n. 4, 1977.

BAHIA - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR (BA) **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável: PDRS Serra Geral; Região Serra Geral – Estratégia de Desenvolvimento. Desenvolvimento Regional Sustentável – Região Serra Geral – Bahia. I. Título. CDU: 2007**

CAIRES, Roberto. 2007. **Condições Sociopolíticas e Diagnóstico Geoambiental do Município de Livramento de Nossa Senhora (BA) na Perspectiva da Criação de uma Unidade de Conservação**. 2012. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista- Bahia

DNOCS. Relatório 2006. Fortaleza. 2008. Acesso em 10 DE agosto de 2011.

GUIMARÃES, Emmanuel Ribeiro. **Evolução da economia baiana: algumas considerações. Planejamento**, Salvador, v. 5, n. 1, 1977.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, reideiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agromercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)**. Recife, 2003.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **História da Bahia**. 10.ed. São Paulo: Editora Unesp, Salvador: Edufba, 2001.

TEIXEIRA, Fernanda Benicio. **Análise da fruticultura irrigada como segmento dinâmico no desenvolvimento socioeconômico do município de Livramento de Nossa Senhora – BA**. Salvador: Faculdade de Ciências Econômicas/Universidade Federal da Bahia, 2005.

VASCONCELOS, Albertina Lima. **Ouro: conquistas, tensões, poder. Mineração e escravidão – Bahia do século XVIII**. Dissertação de mestrado. UNICAMP, 1997